A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DE 1983 A 1988

Eleonora Cruz Santos*

Guilherme Luis Sedlacek**

Resumo

Este trabalho analisa a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e sua evolução no período de 1983 a 1988. Notamos um rápido aumento da proporção de mulheres trabalhando no período, que passa de 41% em 1983 para 46% em 1988. Dentre a multiplicidade de fatores que explicam a probabilidade da mulher trabalhar nesta análise destacamos a importância de diferenças de estado conjugal. Em 1988, observamos que a proporção das mulheres trabalhando era de 70% entre as chefe domicílio e de 39% entre as cônjuges. Neste contexto, observamos um aumento da importância relativa das mulheres cônjuges no mercado de trabalho feminino entre 1983 e 1988. Numa parte final do trabalho, contrastamos as características do mercado de trabalho feminino nas diferentes áreas metropolitanas do Brasil.

Palavras Chaves: Mercado de trabalho brasileiro, participação feminina no mercado de trabalho, esposas no mercado de trabalho.

Abstract

This work analyse the female participation in the brazilian labor market and its evolution in the period from 1983 to 1988. We noted a rapid increase in the proportion of working women in this period, which goes from 41% in 1983 to 46% in 1988. Within the multiple factors which explain the probability of a women to work, in this analysis we emphasize the importance of differences in marital status. In 1988, we observe that the proportion of working women was 70% among the females family heads, and only 39% among the spouses. In this context, we observe an increase in the importance of spouses in the female work force between 1983 and 1988. In the last part of the work, we compare the differences

the different

Kew words: Brazilian labor market, female labor force participation, working spouses.

1. Introdução.

A participação feminina no mercado de trabalho tem uma multiplicidade de fatores determinantes. Por muitas vezes, as

*Pesquisadora Visitante do IPEA-RIO

**Do IPEA-RIO

mulheres exercem outras atividades além das tarefas domésticas e nem sempre elas entram no mercado de trabalho como decorrência da decisão de cuidar dos filhos. O estado conjugal é, possivelmente, a variável mais importante na distinção de padrões diferentes de participação. No Brasil, evidencia-se o elevado crescimento da taxa de participação das mulheres cônjuges ao longo da década de 80, grupo esse composto, em 1989, por aproximadamente 56% da população feminina e por 47% das mulheres que trabalham, respectivamente.

A análise refere-se ao Brasil e às Regiões Metropolitanas investigadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD — no período de 1983 a 1988. O universo de mulheres restringe-se ao grupo etário de 15 a 54 anos de idade residentes em domicílios particulares.

Uma análise do período de 1983 a 1988 nos permite extrair resultados relativamente importantes da dinâmica da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e metropolitano. O conhecimento dessa dinâmica pode contribuir de forma significativa para a formulação de políticas compensatórias, ou simplesmente para entender o significado das estatísticas de emprego. Adicionalmente, o conhecimento dessa dinâmica levanta questões relevantes para projeções de oferta de mão-de-obra a curto e médio prazos.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente, fazemos uma análise sumária da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e sua evolução no passado recente (de 1983 a 1988). A seguir, procuramos destacar a importância relativa das mulheres cônjuges neste mercado e contrastar as características do mercado de trabalho feminino nas áreas metropolitanas com as características do mesmo mercado para todo o Brasil. Por fim, na última seção, apresentamos nossas conclusões.

2. Uma caracterização geral do mercado de trabalho brasileiro.

A análise da participação feminina dentro de um contexto de decisões da família, tem sido objetivo de vários estudos.¹ Dentre eles Durand (1975), num estudo onde tenta traçar um padrão de

¹Uma vasta literatura tem tratado desta questão, onde podemos citar Bar-

taxas de atividade femininas e masculinas abrangendo 150 países, sugere que o padrão de participação feminino apresenta-se extremamente vulnerável a mudanças na estrutura de demanda por mão-de-obra, a variações no nível de renda e salários, a taxas de desempregos, e a outros fatores extra-econômicos. Segundo esse autor, o ciclo de vida da participação da mulher na força de trabalho não é bem definido, além de ser usualmente associado ao ciclo de vida do casamento e da família.²

Kreps e Clark (1975) corroboram na tentativa de definir o padrão de participação das mulheres no mercado de trabalho e argumentam que, a participação das mulheres casadas na força de trabalho é uma função (i) da idade e da escolaridade da esposa, (ii) do número e da idade dos filhos, (iii) da posição ocupacional do marido, e, (iv) de outras fontes de renda familiar. Esses autores também argumentam que os fatores que afetam as taxas de atividade femininas são: mulheres com níveis mais altos de instrução; o declínio da fecundidade; o crescimento relativo dos salários femininos; e, uma maior aceitação social de mulheres solteiras e/ou casadas que trabalham.³ Kreps (1971) acrescenta que a probabilidade de uma mulher trabalhar é influenciada, principalmente, por seu estado civil.

Diante deste contexto podemos argumentar, por hipótese, que variações na taxa de participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho constitui-se num elemento fundamental para a determinação da capacidade da família de se adaptar a crises no mercado de trabalho brasileiro. Este argumento encontra forte fundamentação em estudos desenvolvidos por Jatobá (1989). Segundo esse autor, os trabalhadores secundários, e entre eles as mulheres, apresentam uma maior sensibilidade da sua participação na

ros e Mendonça (1990), Oliveira e Santos (1990), Jatobá (1989), Zylberstajm, Pagotto e Pastore (1985), Pastore, Zylberstajm e Pagotto (1983), Silva (1982), Paiva (1980), Bilac (1978), Durand (1975), Kreps e Clark (1975), Kreps (1971).

² Observa-se, desde 1940, uma mudança no comportamento das mulheres casadas no grupo etário de 30 anos e mais que, ao invés de permanecerem em casa após o casamento e a vinda dos filhos, elas têm entrado no mercado de trabalho após o ingresso de seus filhos na escola.

³ Para Jatobá (1989), mulheres com níveis mais elevados de instrução e conseqüentemente com melhores oportunidades no mercado de trabalho têm um custo de oportunidade de se inserir no mercado de trabalho alto em relação às tarefas domésticas.

força de trabalho em relação às diversas fases do ciclo econômico. Nota-se, entretanto, que a participação das mulheres de renda mais baixa é menos vulnerável ao ciclo pela maior necessidade de complementar a renda familiar.

Reconhecemos a existência de diferenças estruturais entre famílias chefiadas por mulheres e aquelas chefiadas por homens e argumentamos que estas famílias diferem fundamentalmente no seu processo de alocação e/ou decisão interna. Concluímos, então, pela necessidade de uma análise que busque identificar os elementos básicos da contribuição da mulher ao processo de determinação da renda familiar, que deverá ter uma especificidade na dimensão de tipos de família.⁴

A importância relativa do subgrupo escolhido para análise pode ser comprovada na Tabela 1. Quando decompomos a população de mulheres entre 15 e 54 anos de idade de acordo com sua posição relativa no domicílio, observamos que 56,9% delas eram cônjuges em 1983, decrescendo para 55,6% em 1988. Conseqüentemente, de todas as mulheres com idade entre 15 e 54 anos, aproximadamente 55% se encontram na condição de cônjuges no período analisado.

Notamos também o crescimento de importância (relativa e absoluta) das famílias chefiadas por mulheres entre 1983 e 1988. A proporção de mulheres chefes de família, em termos relativos, cresceu de 7,7% em 1983 para 9,2% em 1988. Em termos absolutos, isto é, levando-se em conta o crescimento populacional, isto significa que, como um grupo, as mulheres chefes de família cresceram 6,7% ao ano neste período. Computando-se as mesmas estatísticas para as mulheres cônjuges encontramos um crescimento em termos absolutos de 2,6% ao ano e um decréscimo em termos relativos de 1,3%. Note-se que a subpopulação de mulheres entre 15 e 54 anos cresceu 3,04% ao ano, segundo projeções com dados das PNADs. A evidência observada, que sugere um crescimento rápido das famílias chefiadas por mulheres, é um indicador importante de bem-estar da população, pois são exatamente essas famílias as que mais provavelmente podem ser associadas com os problemas clássicos de pobreza e deficiências estruturais no processo de geração de renda familiar [Barros e Mendonça (1990)].

⁴ Quando analisamos especificamente a participação da mulher cônjuge no mercado de trabalho centramos nossa análise nas famílias nucleares (aquelas constituídas pelo marido, a mulher e "potencialmente" pelos filhos).

Tabela 1.
Distribuição das mulheres entre
15 e 54 anos de idade por condição no
domicílio – Brasil 1983/1988

	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agreg. Pens.	Total (mil.)
1983	7.69	56.93	28.74	5.78	0.86	31623
1984	7.92	56.71	28.95	5.62	0.80	32441
1985	8.02	56.58	28.82	5.85	0.73	33945
1986	8.30	56.47	28.52	5.88	0.83	34731
1987	8.42	56.20	28.30	6.17	0.91	35723
1988	9.16	55.61	28.20	6.11	0.92	36742
Mudança %						
83-88	38.40	13.50	14.01	22.82	24.30	16.19
Taxa	6.72	2.56	2.66	4.20	4.45	3.05

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs

Decompondo-se o crescimento populacional segundo a condição no domicílio (ou seja, entre o grupo de mulheres chefes, cônjuges, filhas e outras) constatamos um crescimento tanto no grupo das mulheres cônjuges quanto das chefes. Em termos relativos esse crescimento só se verificou no último grupo, o que poderia sugerir uma mudança na estrutura domiciliar, no período de 1983/88, ocorrendo entre o grupo de mulheres cônjuges e o de mulheres chefes.

Se a Tabela 1 mostra que as mulheres cônjuges constituem a maioria das mulheres do grupo etário de interesse, as Tabelas 2 e 3 mostram que elas também são numérica e absolutamente importantes dentre o sub-grupo de mulheres que participam do mercado de trabalho brasileiro. A taxa de participação das mulheres cônjuges evolui de 34,5% para 39,7% em 1988. O aumento na proporção de cônjuges trabalhando ou procurando trabalho no período (um crescimento de 5,3%) representa uma das mais importantes mudanças estruturais observadas no mercado de trabalho no passado recente, significando uma entrada no mercado de trabalho de aproximadamente 1,9 milhão de trabalhadoras cônjuges (passando de 6 milhões em 1983 para 7,9 milhões em 1988).⁵

⁵ Este crescimento significativo da PEA de mulheres cônjuges parece indicar

Tabela 2.
Proporção das mulheres entre
15 e 54 anos de idade por condição de
atividade – Brasil 1983/1988

	Trabalho			Procura Trabalho		
	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha
1983	67.30	33.54	49.37	2.63	0.92	4.86
1984	68.19	33.92	49.91	2.33	0.83	4.80
1985	68.06	35.55	52.29	1.83	0.70	4.05
1986	69.11	36.14	53.15	1.23	0.50	2.92
1987	70.21	38.41	53.47	1.75	0.90	4.18
1988	70.16	38.81	53.04	2.34	0.84	4.60
Mudança %						
83-88	2.86	5.27	3.67	-0.29	-0.08	-0.26

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs

Embora tenhamos observado aumentos expressivos na taxa de participação das esposas cônjuges no mercado de trabalho, mesmo quando comparados àqueles observados para o grupo de mulheres chefes de família, essas taxas ainda estão muito abaixo daquelas observadas em países desenvolvidos, como também se verificou no Relatório *Padrão* (1989). Segundo esse, Relatório *Padrão* (1989) as taxas de participação femininas no mercado de trabalho brasileiro apresentam um padrão semelhante àquele verificado pelos países latino-americanos, caracterizando-se por apresentarem distribuições unimodais, assimétricas à direita, com pico da curva no grupo etário de 20-24 ou 25-29 anos. Na verdade, o Relatório *Padrão* (1989) associa a existência de um padrão brasileiro ao latino-americano, como também constata que os níveis de participação feminina destes países, assim como o do Brasil, se situam bem abaixo daqueles verificados para países tipicamente desenvolvidos, em particular os Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra e Alemanha.⁶

uma mudança permanente e não transitória da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

⁶No Relatório *Padrão* (1989) procura-se, dentre outras coisas, definir hipóteses sobre possíveis cenários de evolução das taxas de participação por idade e sexo, dos países latino-americanos e dos países mais desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental e Meridional, e do Leste

Para o Brasil como um todo, a participação das mulheres chefes de família evoluiu de 70% em 1983 para 72,5% em 1988, níveis que podem ser considerados baixos quando levamos em consideração a ausência de mecanismos de assistência social efetiva no Brasil.

Quando decompomos as mulheres que trabalhavam ou tinham trabalho por condição no domicílio (veja Tabela 3), verificamos que a estrutura do mercado de trabalho permaneceu relativamente estável neste período. A proporção de mulheres cônjuges cresceu de 46,1% em 1983 para 46,7% em 1988, enquanto que a proporção das mulheres chefes de família cresceu de 12,5% em 1983 para 13,9% em 1988. Essas mudanças não são provavelmente significativas dadas as características das amostras utilizadas.⁷ A estabilidade observada na composição relativa da força de trabalho é uma característica interessante e que decorre da conjugação de efeitos distintos mas que, no cômputo geral, se compensam. Por um lado observamos um aumento relativo na importância das famílias chefiadas por mulheres; por outro lado, observamos também que a proporção das mulheres cônjuges que trabalham aumenta relativamente a todos os outros grupos. No agregado, a proporção das mulheres que trabalhavam ou tinham trabalho aumentou de 41,5% em 1983 para 46,3% em 1988, refletindo tanto o aumento de participação das mulheres cônjuges como o aumento de importância relativa das famílias chefiadas por mulheres, que cresceram tanto em termos absolutos quanto relativos.

Algumas características gerais das mulheres que participam no mercado de trabalho são apresentadas nas Tabelas 4 e 5. Observa-se que, dentre as trabalhadoras, as mulheres cônjuges são relativamente mais jovens (35 anos de idade em média) do que as chefes de família (39 anos em média), e trabalham jornadas mais curtas (37 horas) do que as chefes de família (42 horas). Embora cônjuges assim como filhas apresentem, ao longo do período 1983-88, um ligeiro crescimento na idade, no caso das mulheres chefes isto se dá de forma inversa. Mais uma vez, isto é consistente com

Europeu), através da construção de grupos de países mais homogêneos.

⁷ Note-se que as estatísticas estimadas baseiam-se nas amostras estratificadas das PNADs, induzindo-se, conseqüentemente, a um erro de previsão superior ao computado, usando-se simplesmente os pesos supridos pelo IBGE como ponderadores.

Tabela 3.
Distribuição das mulheres ocupadas entre
15 e 54 anos de idade Brasil – 1983/1988

	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agre. Pens.	Ocupadas Total(*)
1983	12.48	46.05	32.22	6.13	1.12	41.47
1984	12.88	45.91	34.49	5.69	1.03	41.90
1985	12.51	46.10	34.54	5.90	0.95	43.63
1986	12.93	45.98	34.16	5.88	1.05	44.39
1987	12.87	46.97	32.92	6.16	1.08	45.96
1988	13.89	46.65	32.33	6.03	1.10	46.26
Mudança %						
83-88	1.41	0.60	-1.89	-0.10	-0.02	4.79

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs
(*) Relação entre o total de mulheres ocupadas entre 15 e 54 anos e o total da população feminina situada neste grupo etário.

a hipótese de que poderia estar ocorrendo uma transferência de cônjuges (e também de filhas) para o grupo de chefes.

Quando comparamos a renda do trabalho entre os dois grupos, observamos que a diferença de renda tem favorecido as chefes durante todo o período de análise, apresentando alguma evidência

Tabela 4.
Idade das mulheres ocupadas entre
15 e 54 anos de idade Brasil – 1983/1988

	Idade		
	Chefe	Cônjuge	Filha
1983	39.45	35.18	22.70
1984	38.97	35.25	22.82
1985	39.05	35.21	22.84
1986	39.10	35.44	22.99
1987	39.29	35.31	23.20
1988	39.25	35.69	23.28
Mudança %			
83-88	-0.20	0.51	0.58

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs.

Tabela 5.
Salários e horas trabalhadas das mulheres
ocupadas entre 15 e 54 anos de
idade – Brasil 1983/1988

	Salário			Horas Trabalhadas		
	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha
1983	2.34	2.09	1.54	42.19	36.97	42.30
1984	2.39	2.21	1.50	42.62	37.19	42.05
1985	2.86	2.56	1.68	42.64	37.45	42.21
1986	3.93	3.59	2.40	42.15	37.30	42.06
1987	3.23	2.80	1.87	41.80	37.14	41.86
1988	3.25	2.77	1.88	41.46	36.83	41.54
Mudança %						
83-88	0.91	0.68	0.34			

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs

de crescimento. Portanto, quando levamos em consideração a diferença de jornadas de trabalho computando a renda do trabalho associada a uma jornada típica de 40 horas (denotado salário normalizado para 40 horas) estes diferenciais de salários quase que totalmente desaparecem, e concluímos pela inexistência desses diferenciais.⁸ A título de ilustração, podemos notar que, para o ano de 1984, o salário normalizado tanto para chefes quanto para cônjuges é de 0,06.

3. Uma análise da representatividade das áreas metropolitanas.

Na seção anterior procuramos estabelecer algumas das principais regularidades associadas à participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e à sua evolução no período 1983-88. Nessa seção buscamos avaliar a representatividade, para esse mesmo mercado, de inferências e observações baseadas em dados coletados para as principais áreas metropolitanas. Pela maior disponibilidade de informações que dizem respeito à fecundidade da mulher, baseamos esta análise somente em informações derivadas da PNAD de 1984.

⁸Entende-se por salário normalizado para 40 horas a razão entre o salário auferido e o número de horas trabalhadas, na semana de referência.

Tabela 6.
Distribuição das mulheres entre
15 e 54 anos de idade por áreas metropolitanas
de residência em 1984

	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agreg. Pens.	Total (mil.)
Rio de Janeiro	10.26	53.29	29.28	6.36	0.81	2978
São Paulo	9.19	57.61	26.23	6.10	0.87	4291
Recife	10.03	48.76	32.82	7.71	0.68	737
Fortaleza	8.46	49.34	32.98	7.86	1.36	515
Salvador	11.42	50.13	29.29	8.26	0.90	556
Belo Horizonte	9.52	52.38	32.33	5.11	0.66	848
Curitiba	9.62	59.59	24.91	4.69	1.19	501
Porto Alegre	10.46	61.07	21.89	5.26	1.32	774
Reg. Urbana	9.11	55.27	28.63	6.03	0.96	24684
Brasil	7.92	56.71	28.95	5.62	0.80	32441

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs.

Gostaríamos de analisar o mercado de trabalho metropolitano, primeiro, por se constituir num segmento importante do mercado de trabalho feminino brasileiro (um terço da população em análise reside nas áreas metropolitanas); e, segundo, pela capacidade de prover indicadores do comportamento do mercado de trabalho urbano e nacional num ambiente mais controlado. Com relação ao último ponto, embora os residentes nas áreas metropolitanas se diferenciem em características importantes da população nacional, em geral os diferentes indicadores têm apresentado magnitudes semelhantes.

Em 1984, segundo dados da PNAD, a população de mulheres entre 15 e 54 anos de idade foi estimada em 32,4 milhões (veja Tabela 6). Dentre essas, 11,2 milhões moravam nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre (Belém e Brasília foram excluídas da nossa análise). Desta forma, tem-se que aproximadamente um terço da população objeto deste estudo residia em áreas metropolitanas.

Quando classificamos as mulheres por condição no domicílio e por área metropolitana de residência, observamos: (a) por um lado, a proporção de mulheres chefes de família variando de um

mínimo de 8,5% em Fortaleza a um máximo de 11,4% em Salvador; e (b) por outro lado, a proporção de cônjuges variando entre 48,8% em Recife e 61,1% em Porto Alegre.

Observando-se que, para a região urbana a proporção de mulheres chefes de família é de 9,1%, a de cônjuges 55,3%, enquanto que, para o Brasil como um todo, esta proporção é de 7,9% e 56,7%, respectivamente, concluímos: primeiramente, que a ocorrência de domicílios com mulheres chefes é um fenômeno relativamente mais importante nas regiões urbanas e que assume importância ainda maior nas áreas metropolitanas; segundo, que as variações das proporções de cônjuges entre as regiões metropolitanas são fortemente associadas ao nível de desenvolvimento econômico específico da região em análise. Por um lado, nas regiões mais pobres (como Recife, Salvador e Fortaleza) observamos baixas proporções de cônjuges e altas proporções de filhas na população e, por outro lado, nas regiões mais ricas (São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) observamos maiores proporções de cônjuges e menores proporções de filhas.

Essa análise sugere que diferenças relativas no tamanho das famílias, na distribuição etária de seus membros, e no processo de constituição de novas famílias combinam-se para gerar uma estrutura domiciliar feminina diferenciada entre as áreas metropolitanas, além de distinta da observada para o Brasil como um todo.

Buscando caracterizar melhor as diferenças entre as áreas metropolitanas acima destacadas, computamos a proporção dos diferentes grupos classificados por condição no domicílio, região de residência e posição na PEA. Os resultados estão apresentados na Tabela 7. A proporção de mulheres chefes fora da PEA varia de um mínimo de 23% em São Paulo e um máximo de 37% em Recife. A proporção de cônjuges fora da PEA varia de um mínimo de 57% em Porto Alegre a um máximo de 67% em Recife. Para o Brasil, 29% das mulheres chefes e 65% das mulheres cônjuges estão fora da PEA. Dessas proporções pode-se concluir que: primeiro, as taxas de participação são relativamente mais altas nas áreas metropolitanas do que em outras regiões do Brasil (Recife é uma clara exceção);⁹ segundo, que variações entre áreas

⁹ Note-se que, nesta parte da análise, excluiu-se o grupo de mulheres constituído pelas filhas.

Tabela 7.
Proporção das mulheres entre 15 e 54 anos
de idade por condição de atividade segundo
áreas metropolitanas de residência em 1984

	Trabalha		Procura Trabalho		Fora da PEA	
	Chefe	Cônjuge	Chefe	Cônjuge	Chefe	Cônjuge
Rio de Janeiro	69.96	37.29	3.29	1.41	26.75	61.30
São Paulo	73.02	34.60	4.23	1.66	22.75	63.79
Recife	59.38	31.23	3.26	1.34	37.36	67.43
Fortaleza	71.58	40.52	2.45	0.88	25.97	58.60
Salvador	77.32	39.20	1.89	1.25	20.79	59.55
Belo Horizonte	67.15	33.34	2.77	0.91	30.08	65.75
Curitiba	69.06	33.76	1.85	0.93	29.09	65.31
Porto Alegre	73.29	41.64	2.32	1.54	24.39	56.82
Reg. Urbana	68.39	33.88	2.57	1.08	29.04	65.04
Brasil	68.19	33.92	2.33	0.83	29.48	65.25

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs.

metropolitanas não estão necessariamente associadas ao nível de desenvolvimento da região. Notamos, por exemplo, que se por um lado, em São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte 34% das mulheres cônjuges trabalhavam, por outro lado, em Fortaleza, Salvador e Porto Alegre essa proporção aumenta para 40%.

Tomando-se como ótica a participação na força de trabalho feminina local decompomos a sub-população das trabalhadoras segundo a condição no domicílio para diferentes regiões de residência (Tabela 8). Nessa Tabela observamos que, entre as trabalhadoras, a proporção de cônjuges varia de 40% em Belo Horizonte a 53% em Porto Alegre. Para as outras regiões metropolitanas essa proporção situa-se entre 43% e 46%, enquanto que para o Brasil este número é 46%.

As mulheres cônjuges encontrar-se, conseqüentemente, relativamente pouco representadas no universo das mulheres ocupadas das áreas metropolitanas quando esta participação é comparada com sua participação na PEA feminina do Brasil como um todo. Porém, se excluimos da análise Porto Alegre, concluímos que existe uma relativa estabilidade das taxas de participação de cônjuges nas regiões.

Comparando-se a idade média dos diversos sub-grupos da

Tabela 8.
Distribuição das mulheres entre
15 e 54 anos de idade por áreas metropolitanas
de residência em 1984

	Chefe	Cônjuge	Filha	Parente	Agreg. Pens.	Total
Rio de Janeiro	16.38	45.33	30.76	6.31	1.22	43.84
São Paulo	14.51	43.09	33.70	7.27	1.43	46.26
Recife	16.83	43.03	33.12	6.41	0.61	35.39
Fortaleza	14.14	46.65	31.17	6.83	1.21	42.85
Salvador	20.65	45.99	24.05	8.31	1.00	42.74
Belo Horizonte	14.66	40.03	37.85	6.27	1.19	43.62
Curitiba	15.31	46.36	31.57	5.02	1.74	43.38
Porto Alegre	16.07	53.29	23.18	5.56	1.90	47.72
Reg. Urbana	14.74	44.28	33.57	6.15	1.26	42.30
Brasil	12.88	45.91	34.49	5.69	1.03	41.90

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs.

força de trabalho localizados em áreas metropolitanas (Tabela 9) notamos: (a) uma relativa uniformidade entre as idades médias das mulheres chefes bem como entre cônjuges, não se podendo concluir o mesmo para as filhas; e, (b) alguma evidência tanto de que mulheres chefes residentes nas áreas metropolitanas são relativamente mais velhas, bem como de que cônjuges que residem nas áreas metropolitanas são relativamente mais jovens do que as respectivas populações de trabalhadoras definidas para o Brasil como um todo, não se podendo, novamente, extrair nenhum resultado mais claro para o sub-grupo das filhas.

Ademais, notamos uma relativa variabilidade nas condições de trabalho feminino entre as áreas metropolitanas (veja Tabela 10). Observamos que, tanto para mulheres chefes como para cônjuges nas áreas metropolitanas de Recife, Fortaleza, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, a jornada de trabalho tende a ficar acima da média nacional. Enquanto isso, nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte a jornada média de trabalho situa-se abaixo da média nacional. No que diz respeito ao salário, as mulheres chefes recebem, em média, salários superiores ao percebido pelas mulheres cônjuges, além de trabalharem um número de horas, em média, também superior ao das mulhe-

Tabela 9.
Idade, das mulheres ocupadas entre 15 e 54 anos
de idade por áreas metropolitanas – 1984

	Idade		
	Chefe	Cônjuge	Filha
Rio de Janeiro	40.49	35.71	24.79
São Paulo	37.84	34.41	23.42
Recife	39.36	35.17	24.88
Fortaleza	38.42	35.97	25.40
Salvador	39.53	34.27	21.29
Belo Horizonte	40.24	34.55	21.79
Curitiba	39.97	33.95	21.16
Porto Alegre	39.75	34.68	21.70
Reg. Urbana	38.62	35.14	23.44
Brasil	38.97	35.25	22.82

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs.

Tabela 10.
Salário e horas trabalhadas das mulheres
ocupadas entre 15 e 54 anos de idade por
áreas metropolitanas – 1984

	Salário			Horas Trabalhadas		
	Chefe	Cônjuge	Filha	Chefe	Cônjuge	Filha
Rio de Janeiro	2.90	2.60	1.88	41.10	36.53	41.28
São Paulo	3.44	3.00	2.46	44.78	38.97	42.82
Recife	1.87	2.26	1.61	43.91	39.35	44.39
Fortaleza	2.16	2.23	1.48	43.02	36.90	40.17
Salvador	3.09	3.16	2.00	41.56	36.69	39.31
Belo Horizonte	2.55	2.69	1.59	41.29	34.64	42.35
Curitiba	3.27	2.65	1.83	43.02	38/97	44.04
Porto Alegre	3.67	2.96	2.12	42.23	39.42	42.49
Reg. Urbana	2.59	2.49	1.65	42.85	37.48	42.88
Brasil	2.39	2.21	1.50	42.62	37.19	42.05

FONTE: Tabulações dos autores utilizando-se amostragens feitas pelas PNADs.

res cônjuges. No final tem-se que, o salário normalizado tanto para chefes quanto para cônjuges não se diferencia, como no caso anterior.

4. Conclusões.

O presente trabalho investigou primeiramente as características gerais da participação feminina no mercado de trabalho. Mostramos que as mulheres cônjuges como um grupo representam uma proporção importante das trabalhadoras no mercado de trabalho brasileiro.

Em linhas gerais, os dados analisados para o período de 1983 a 1988 denotaram questões que merecem destaque.

Primeiro, que as mulheres cônjuges representam parcela bem significativa do mercado de trabalho brasileiro, tendo crescido, ao longo do período 83/88, 2,6% em termos absolutos, embora, em termos relativos tenha ocorrido um decréscimo de 1,3%. Atrelado a este crescimento verificamos, para o mesmo período, um crescimento tanto em termos absolutos quanto relativos das mulheres chefes de família. Este é um importante indicador de deficiências estruturais no processo de geração de renda familiar e associado a problemas clássicos de pobreza.

Segundo, que em relação a algumas características gerais (no que diz respeito ao mercado de trabalho e a características individuais) podemos destacar três (3) pontos, a constar que (i) as mulheres cônjuges (assim como as filhas) são relativamente mais jovens que as mulheres chefes, enquanto que ao longo do período 83/88 a idade média das primeiras tem apresentado ligeiro decréscimo, ocorrendo o contrário para as chefes; (ii) as jornadas de trabalho das chefes são mais longas que das demais; e, (iii) os salários auferidos por elas (mulheres chefes) são também superiores àqueles percebidos para cônjuges e filhas.

Argumentamos, adicionalmente, que embora tenhamos identificado diferenças de comportamento (com relação a participação no mercado de trabalho) associadas a residência em áreas metropolitanas distintas, essas diferenças não são grandes o suficiente para invalidar inferências para o comportamento agregado baseado em indicadores construídos restritamente para as áreas metropolitanas. O que cabe aqui ressaltar é a existência de um diferencial de taxas de participação entre as regiões metropolitanas e a região urbana favorável à primeira (a única exceção é

a região metropolitana de Recife). Esse mesmo comportamento é observado para o caso das taxas de participação das mulheres chefes de domicílios, embora não tenhamos observado um padrão claro para as mulheres cônjuges.

Referências

- Barros, R. P. de e Mendonça, P. S. R. de. *Família e Distribuição de Renda: o Impacto da Participação das Esposas no Mercado de Trabalho*. PPE, no prelo, 1990.
- Bilac, D. E. *Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobre-vivência; Organização Familiar em uma Cidade Paulista*. Símbolo, (Coleção Ensaio e Memória, 9), São Paulo, 1978.
- Costa, L. Avanço da participação feminina: uma tentativa de explicação. In *VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, out/1990.
- Durand, J. D. *The Labor Force in Economic Development: a Comparison of International Census Data, 1946-66*. Princenton University Press, Princenton,, 1975.
- Jatobá, J. *Participação na Força de Trabalho e Ciclo Econômico: Brasil, 1976-86*. Rio de Janeiro, (Aspectos Teóricos e Metodológicos). IPEA / INPES, Texto para Discussão, 1989.
- Kreps, J. *Sex in the Market Place: American Women at Work*. Baltimore, the Johns Hopkins University Press, 1971.
- Kreps, J. & Clark, R. *Sex, Age and Work: the Changing Composition of the Labor Force*. Baltimore, the Johns Hopkins University Press, 1975.
- Maddala, G. S. Introduction to econometrics. *New York, Macmillan Publishing Company*, 472, 1988.
- Medice, A. IBGE. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: Características Sócio-Demográficas, 1970-1977*. Rio de Janeiro, 1982.
- Oliveira, A. M. M. e Santos, E. C. A participação das mulheres no mercado de trabalho: uma análise das taxas de atividade femininas – Brasil 1984/1987. In *VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, out/1990.
- Padrão demográfico brasileiro e a previdência social MPAS: Brasília CEDEPLAR: Belo Horizonte, SEADE: São Paulo 1989. (*Relatório Final*).

- Pastore, J. e Zylberstajn, H. e Pagotto, C. S. *Mudança, Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980*. (o que ocorreu com a família brasileira) São Paulo, Pioneira, 1983.
- Paiva, P. T. A. A mulher no mercado de trabalho urbano. *Em: anais do segundo encontro nacional de estudos populacionais*, São Paulo, 2:842-895, 1980.
- Schultz, T. P. Testing the neoclassical model of family labor supply and fertility. Yale University. (*Mimeo*), 1990.
- Silva, R. M. R. da. Famílias. em: IBGE. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: características sóciodemográficas, 1970-77*, 71-118, 1982, Rio de Janeiro.
- Zylberstajn, H.; Pagotto, C. S.; e Pastore, J. *A mulher e o Menor na Força de Trabalho*. São Paulo, Nobel; Brasília, Ministério do Trabalho, 1985.